



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Política Agrícola
Departamento de Crédito e Estudos Econômicos
Coordenação-Geral de Estudos e Análises

Informativo sobre a Estiagem no Nordeste - nº 105

28/02/2017

1. Perímetro Irrigado Nordestino.

Uma considerável área da região onde se localiza o perímetro irrigado nordestino tem sofrido com a recorrente estiagem e a consequente redução dos reservatórios de água. Para algumas cidades houve redução na vazão, para outras a cessão do fornecimento de água para boa parte dos irrigantes. Abaixo há uma análise da situação de alguns perímetros irrigados.

Em Russas (CE), por exemplo, a operação foi reduzida em mais de 75% devido à pouca oferta de água. O perímetro do tabuleiro de Russas entrou em operação em 2006. Mais de 650 famílias haviam sido beneficiadas, com a geração de empregos diretos e indiretos. Em 2016, a oferta de água fechou em 1.3m³/s, o que ocasionou o comprometimento da agricultura irrigada frente à baixa oferta hídrica. Segundo o Distrito de Irrigação do Perímetro Tabuleiro de Russas (DISTRAR), 2014 foi o ápice da produção no perímetro, perfazendo 6.151,8 hectares em produção. Já, em 2015, a área foi reduzida para 3.868,37 hectares. 2016 fechou o ano com um pouco mais de 1.500 hectares. Situação similar é encontrada em Morada Nova (CE), onde em 2014 haviam 10.849 hectares irrigados e em 2016 terminou com menos que 4.500 ha.

Em 2014, o perímetro irrigado Jaguaribe-Apodi (CE) mantinha 2.855,5 hectares com culturas perenes e temporárias. Em 2015, houve a primeira redução de área e Jaguaribe-Apodi terminou o ano com 2.476,3 ha irrigados. Já em 2016, ficou com menos 36% da área que se mantinha irrigável em 2014. Apenas 1.3m³/s de água do Rio Jaguaribe foram disponibilizados para os irrigantes. Com pouca água, além da redução da área houve baixa produtividade. Uma alternativa para não se perder toda a produção é a perfuração de poços, porém, os produtores da região afirmam que esses poços secam rápido. O Baixo Acaraú e o Curu-Paraipaba, também tiveram que adotar a prática de perfurar poços desde 2014, o que onera muito os produtores. Muitas vezes a quantidade colhida não paga os custos da perfuração dos poços. Esse quadro se repete em diversos outros perímetros irrigados do Ceará.

A Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (Funceme) demonstra que a cada quadra chuvosa abaixo da média histórica, apenas 1% do contabilizado, ou seja, cinco milímetros, transforma-se, de fato, em reserva hídrica nos açudes do Estado do Ceará.

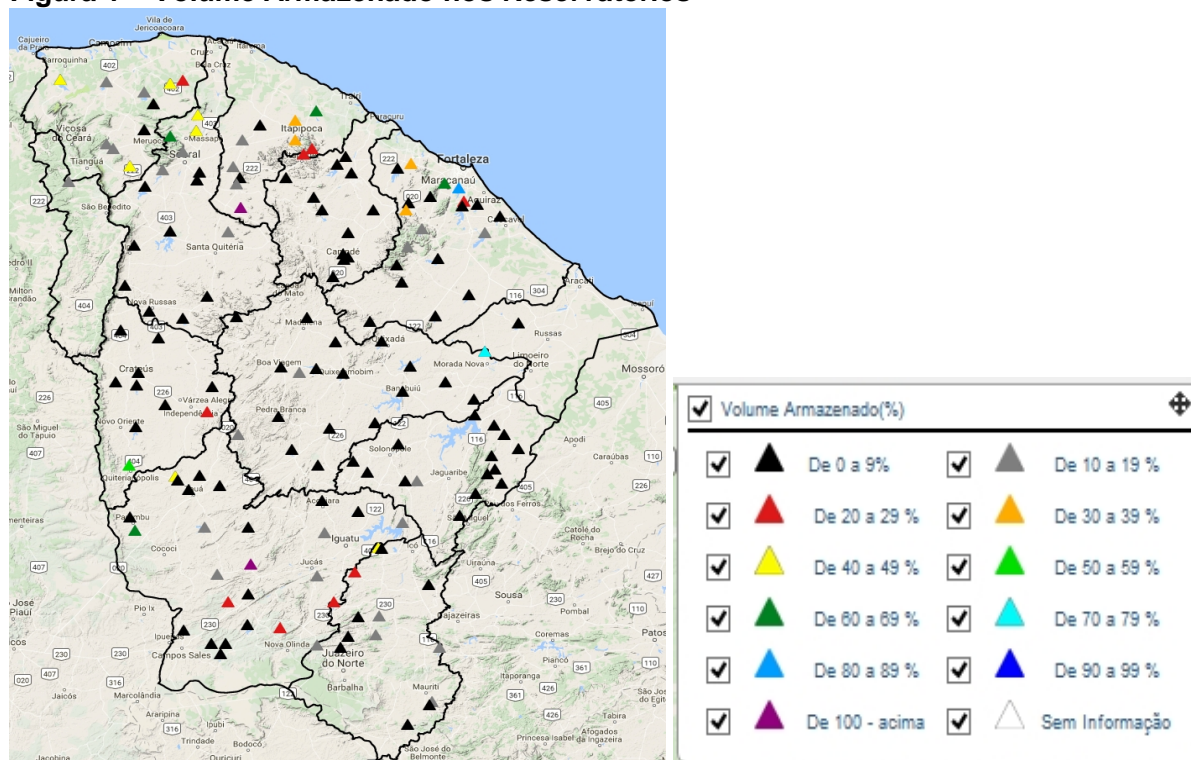
Especialistas afirmam que para o armazenamento ser eficaz as precipitações devem ficar acima da média histórica de 800 mm/ano, mas isso não acontece desde 2012. Pelo contrário, os registros da Funceme mostram que tem chovido pouco mais do que 500 mm anuais.

De acordo com a resenha diária da Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (Cogerh), o volume de água armazenada nos 153 açudes é de 6,18% ou seja, de um total de 18,64 bilhões de metros cúbicos, o estado acumula, apenas, 1,15 bilhão de m³. São 48 reservatórios ou 31,3% em volume morto e 38 (24,8%) secos. A Figura 1, abaixo, mostra o Volume armazenado nos reservatórios cearenses no mês de fevereiro.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Política Agrícola
Departamento de Crédito e Estudos Econômicos
Coordenação-Geral de Estudos e Análises

Figura 1 – Volume Armazenado nos Reservatórios



Fonte: FUNCEME

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) revela que há a possibilidade de ocorrer um forte impacto nas condições para agricultura e pecuária durante o período chuvoso. Prevê predominância de áreas de seca severa no interior da região Semiárida, principalmente no leste do Piauí, sul do Ceará, oeste de Pernambuco e centro-norte da Bahia. O Instituto também reafirma a possibilidade de esgotamento da água armazenada entre novembro de 2017 e janeiro de 2018 para os Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Paraíba.

Em dezembro de 2016, a Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe (Cohidro) interrompeu o fornecimento de água do Jacarecica I, o qual é um dos perímetros irrigados de Itabaiana, que parou de funcionar em razão do baixo nível em sua barragem. Devido ao prolongado período de estiagem, o reservatório não teve condições de se recuperar. Enquanto as chuvas não devolvem a condição hídrica que possibilite o bombeamento para irrigação, a Companhia executa obras de manutenção, limpeza e instalação de mecanismos de segurança e qualidade da água. Segundo a Cohidro, o racionamento foi suficiente para manter a irrigação até o dia 16 de janeiro deste ano. Ainda segundo declarações de técnicos daquela Companhia, “a partir de agora vai depender da incidência de chuvas para que o reservatório se recupere. A qualidade da água que ainda sobrou, no chamado ‘volume morto’, está ruim e se faz necessária uma limpeza, aproveitando este período em que não tem enchimento, sem chuvas”.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Política Agrícola
Departamento de Crédito e Estudos Econômicos
Coordenação-Geral de Estudos e Análises

Uma solução que vem sendo estimulada pelo Ministério da Integração e estudada pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs) é a conversão dos sistemas de irrigação antigos em sistemas mais modernos, sustentáveis e eficientes, com menor consumo de água. “O sistema usado no Curu-Paraipaba, por exemplo, já tem 40 anos. Gasta muita água. Estamos buscando modernizar esses sistemas para que, quando os reservatórios tiverem recarga, possamos usar a água de forma racional”, disse o diretor de Produção do Dnocs.

Cinco anos consecutivos de estiagem tem causado impactos negativos para a economia da região e, conseqüentemente, o aumento do desemprego. Por exemplo, a maior produção de coco da Paraíba foi praticamente extinta. A irrigação do perímetro de São Gonçalo está suspensa desde 2012. De acordo com o Departamento Nacional de Obras contra as Secas (Dnocs), na área conhecida como o Perímetro Irrigado de São Gonçalo – que pertencente às Várzeas de Sousa – o desemprego atinge até 98% no setor. O açude São Gonçalo, que abastece além do município de Sousa e também Marizópolis, encontra-se com apenas 27,3% de sua capacidade hídrica.

2. Garantia-Safra

Mais de setenta e três mil agricultores receberam o pagamento do Garantia-Safra no mês de janeiro de 2017, relativo à safra 2015/2016. Foram contemplados 91 municípios nos estados da Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Sergipe. O Garantia-Safra, coordenado pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (Sead), contempla agricultores com renda familiar de até 1,5 salário mínimo/mês, que tenham aderido o programa, possuam Declaração de Aptidão ao Pronaf e que tiveram perda de safra superior a 50% na temporada 2015/2016.

O benefício é liberado por meio de portaria publicada no Diário Oficial da União, sempre que problemas climáticos provoquem perda de safra superior a 50%. Cada agricultor recebe R\$ 850, divididos em cinco parcelas R\$ 170. Os recursos são do Fundo Garantia-Safra, constituído por recursos da União, dos estados, municípios e pela contribuição individual dos agricultores que aderiram ao programa.

De acordo com o coordenador substituto do Garantia-Safra, o ano-safra 2015/2016 foi de muita seca e prejudicou, mais uma vez, os produtores do Nordeste. O coordenador substituto afirma que o Garantia-Safra pode beneficiar 70% ou mais dos agricultores aderidos. Conclui que, como este é o quinto ano de estiagem na região do Semiárido, há um grande número de agricultores familiares sendo cobertos pelo seguro.

O coordenador afirma que o ano-safra 2015/2016 já está se encerrando, portanto, para o próximo ano safra serão 1.350.000 cotas e os pagamentos serão no valor de R\$850,00 aos agricultores que tiverem perda de suas safras. Até janeiro de 2017, 596.547 agricultores de 742 municípios já haviam feito a adesão ao Garantia-Safra 2016/2017.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Política Agrícola
Departamento de Crédito e Estudos Econômicos
Coordenação-Geral de Estudos e Análises

3. Renegociação de dívidas rurais

O ministro da Integração Nacional assinou em fevereiro corrente, a portaria que estabelece novas regras operacionais para a renegociação de dívidas de agricultores em perímetros públicos irrigados sob gestão da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) e do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs). A medida beneficiará por volta de 12 mil agricultores atingidos pela seca na região do Semiárido. Os débitos são relativos a vendas de lotes para titulação e uso de infraestrutura de irrigação, conhecidas como K1. O documento regulamenta o artigo 13 da Lei n. 13.340, de 28 de setembro de 2016.

A renegociação é válida para parcelas de dívidas vencidas entre 31 de dezembro de 2006 e 31 de dezembro de 2011. Os pagamentos poderão ser quitados até 29 de dezembro de 2017 e os descontos variam de 15% a 95%, considerando o período do débito.